

# **Os quotidianos que nos escapam:** *reclusas e mulheres da pobre vida nos núcleos urbanos do sul de Portugal nos finais da Idade Média*

*João Luís Inglês Fontes<sup>1</sup>*

## **Resumo**

Os séculos finais da Idade Média conhecem, um pouco por todo o Ocidente, o irromper de novas formas de vida religiosa feminina. Entre estas, contam-se também fenómenos mais marginais e institucionalmente menos enquadrados, mas igualmente protagonizados por mulheres, como foram o emparedamento ou reclusão voluntária ou os mais tardios beatérios ou grupos de mulheres pobres. O seu rastro é muitas vezes difícil de encontrar, a documentação escassa e muito lacunar. Os rostos e percursos destas “mulheres religiosas” teimam em esconder-se. O que nos é possível saber sobre elas, da sua relação com os núcleos urbanos onde se instalam e com os diversos poderes leigos e eclesiásticos, dos seus quotidianos, dos espaços que habitam e do modo como os habitam? A estas e outras perguntas procuraremos dar alguma resposta, sobretudo a partir dos casos mais abundantes e documentalmente mais significativos que encontrámos para as vilas e cidades do sul do país. Pois talvez pela própria influência do eremitismo que floresceu vigorosamente nos termos dos concelhos do Além-Tejo, é também e sobretudo nesta geografia que mais cedo as urbes incluem alguns destes grupos de mulheres que encontram, afinal, no religioso um espaço novo de afirmação e autonomia.

## **Palavras-chave**

Reclusão voluntária; Emparedadas; Mulheres da pobre vida; Eremitismo; Idade Média.

---

<sup>1</sup> IEM – NOVA FCSH; UCP-CEHR.

## **Hidden (daily) lives: anchoresses and women of poor life in the urban centres of southern Portugal in the Late Middle Ages.**

### **Abstract**

The final centuries of the Middle Ages witnessed the emergence of new forms of female religious life. Among these, there are also more marginal and less institutionally framed phenomena, but equally led by women, such as the voluntary reclusion or the later *beaterios* or groups of poor women. Their trail is often hard to find, and documentation is scarce and very lacunar. The faces and the paths of these “religious women” stubbornly hide. What can we know about them, about their relationship with the urban centres where they settle and with the lay and ecclesiastical powers, about their daily lives, the spaces they inhabit and the way they live in them? To these and other questions we shall try to give some answers, above all on the basis of the most abundant and documentally significant cases we have found for the towns and cities of the south of the Portuguese realm. Perhaps due to the influence of eremitism itself, which flourished vigorously in the municipalities of Além-Tejo, it is also and above all in this geography that some of these groups of women flourished and found, after all, a new space of affirmation and autonomy in religious life.

### **Keywords**

Voluntary reclusion; *Emparedadas*; Women of poor life; Eremitism, Middle Ages.

Os séculos finais da Idade Média conheceram, um pouco por todo o Ocidente, o irromper de novas formas de vida religiosa feminina<sup>2</sup>. Se o podemos distinguir com facilidade no crescente número de mosteiros e conventos habitados por mulheres que aí perseguem um ideal mais exigente de perfeição religiosa, sob o controlo da Igreja, sejam eles dentro do tradicional monaquismo (beneditas, cistercienses ou mesmo *sorores* ligadas a comunidades canonicais) ou das novas ordens mendicantes (clarissas,

<sup>2</sup>Veja-se, para uma contextualização mais geral deste fenómeno, a síntese, que permanece muito actual, proposta por André Vauchez, no quadro dos novos desafios decorrentes do renascer do mundo urbano e da fase de expansão económica vivida pelo Ocidente medieval a partir de finais do século XI, bem como da emergência e afirmação dos leigos e do seu protagonismo também ao nível religioso (VAUCHEZ, André – *A espiritualidade da Idade Média Ocidental, sécs. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995, pp. 75-207. Para o contexto português, cf. ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, In AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coord. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 423-510.

dominicanas, agostinhas)<sup>3</sup>, já é mais difícil perceber a importância que tiveram, sobretudo nos núcleos urbanos, fenómenos mais marginais e institucionalmente menos enquadrados, mas igualmente protagonizados por mulheres, como foram o emparedamento ou reclusão voluntária ou os mais tardios beatérios ou grupos de mulheres pobres<sup>4</sup>.

Desde logo, porque o seu rastro é muitas vezes difícil de encontrar, pela escassez e o carácter lacunar da documentação disponível. Nomeados, é verdade, com relativa regularidade em muitos testamentos, sobretudo ao longo dos séculos XIII a XV<sup>5</sup>, são quase sempre sob a forma de legados genéricos às emparedadas da vila ou da cidade, quando muito com alguma informação relativa à sua localização e vinculação institucional – emparedadas junto às muralhas da cidade ou de determinada igreja ou hospital. Por vezes, as casas em que vivem aparecem entre as confrontações de bens que se aforam, vendem ou inventariam, ou mais escassamente em livros litúrgicos que registam aqueles e aquelas que, já defuntos, se confiaram à intercessão qualificada de determinada casa monástica ou igreja. Mesmo para os casos em que determinados grupos de reclusas ou de beatas acabaram por se conventualizar, nem sempre os cartórios desses mosteiros guardaram os documentos dessas origens, para além daqueles que garantiam os direitos sobre os bens ou privilégios então adquiridos<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Veja-se, para um panorama sobre as casas religiosas femininas fundadas em Portugal durante a Idade Média, o elenco disponível em SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*. 3ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2016. Para uma visão de conjunto, cf. GOMES, Saúl António – “Quadro Geral do Monaquismo Português em Quatrocentos”. *Revista Território & Fronteiras* 7/2 (2014), pp. 144-181; FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena; RODRIGUES, Ana Maria S. A. – “Mosteiros e Conventos no Portugal Medieval: vida espiritual e lógicas de implantação”. *Svmma* 15 (Primavera 2020), pp. 8-34. doi: 10.1344/Svmma2020.15.3.

<sup>4</sup> A bibliografia é aqui muitíssimo extensa, dado o amplo desenvolvimento do estudo destes fenómenos, em larga medida ligado também a uma maior atenção ao papel do feminino e ao recurso ao género como elemento de problematização das realidades históricas e das formas de memória construídas sobre o passado, bem como às formas não institucionalizadas de vida religiosa no âmbito do Cristianismo medieval. Para uma abordagem do peso destas novas dimensões e problemáticas nos estudos medievais, cf. CLASSEN, Albrecht (ed.) – *Handbook of Medieval Studies. Terms – Methods – Trends*. 2 vols. Berlin / New York: De Gruyter, 2010. Para uma visão geral da reclusão e das formas não regradas de vida religiosa feminina no Ocidente medieval, cf. ANDREWS, Francis; RAVA, Eleonora (ed.) – *Ripensare la reclusione volontaria nell'Europa medievale. Quaderni di storia religiosa medievale* 24/1-2 (2021); MCAVOY, Liz Herbertm(ed.) – *Anchoritic Traditions of Medieval Europe*. Woodbridge: The Boydell Press, 2010; CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria – *Inclusa Intra Parietes. La reclusión voluntaria en la España medieval*. Toulouse: Université Toulouse II – Le Mirail, 2010; MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela – *Beatas y santas neocastellanas: ambivalencia de la religión, correctoras del poder (ss. XIV-XVII)*. Madrid: Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid – Comunidad de Madrid/Dirección General de la Mujer, 1994; GARÍ, Blanca – “La ciudad de las mujeres: redes de espiritualidad femenina y mundo urbano”, In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Á.; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; ANDRADE, Amélia Aguiar (ed.) – *Ser mujer en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2013, pp. 349-370; GRAÑA CID, María del Mar – “Beatas y monjas. Redes femeninas y reforma religiosa en la ciudad bajo medieval”. In *ibidem*, pp. 371-388

<sup>5</sup> Um exemplo das potencialidades desta documentação para o estudo da reclusão voluntária em RAVA, Eleonora – “Le testatrici e le reclus: il fenomeno della reclusione urbana nei testamenti delle donne pisane (secoli XIII-XIV)”, In ROSSI, Maria Clara (ed.) – *Margini di libertà: testamenti femminili nel medioevo*. Caselle di Sommacampagna (Verona): Cierre Edizioni, 2010, pp. 311-332.

<sup>6</sup> Sobre este assunto, cf. L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette – “La réclusion dans le milieu urbain

Muitas vezes, temos sobretudo os documentos que nos falam sobre estas mulheres, mas escasseiam aqueles em que podemos conhecer a sua própria voz, o que as leva a fazer tal opção e de que modo esta implica em si mesmo um quotidiano diferente, distinto. Os rostos e percursos destas “mulheres religiosas” teimam em esconder-se<sup>7</sup>.

O desafio que nos foi colocado torna-se também mais difícil de responder. O que nos é possível saber sobre elas, da sua relação com os núcleos urbanos onde se instalam e com os diversos poderes leigos e eclesiásticos, dos seus quotidianos, dos espaços que habitam e do modo como os habitam? A estas e outras perguntas procuraremos dar alguma resposta, sobretudo a partir dos casos mais abundantes e documentalmente mais significativos que encontramos para as vilas e cidades do sul do país. Pois talvez pela própria influência do eremitismo que floresceu vigorosamente nos termos dos concelhos do Além-Tejo, é também e sobretudo nesta geografia que mais cedo as urbes incluem alguns destes grupos de mulheres que encontram, afinal, no religioso um espaço novo de afirmação e autonomia.

### 1. A reclusão voluntária.

Comecemos, pois, pela reclusão voluntária. Importa clarificar que não falamos aqui da clausura monástica, que fazia parte da vida monástica, vivida em comunidade, sob o governo de um superior (o abade ou a abadessa, ou o prior ou prioresa), na obediência a uma Regra e outros textos normativos aprovados pela Igreja, em muitos casos pressupondo a estabilidade, ou seja, a permanência num determinado mosteiro<sup>8</sup>. Embora algumas Regras religiosas abrissem espaço para a vida reclusa ou eremítica como culminar de um percurso longo e experimentado no mosteiro (caso da Regra de S. Bento)<sup>9</sup>, a reclusão voluntária reporta-se sobretudo a uma experiência religiosa de carácter mais extremo, conduzida fora do tradicional enquadramento monástico, tendendo, ao longo dos séculos finais da Idade Média, para uma marcada laicização,

---

français au Moyen Âge”, In VAUCHEZ, André (dir.) – *Ermîtes de France et d’Italie (XIe-XVe siècle)*. Roma: École française de Rome, 2003, pp. 157-159; RAVA, Eleonora – “Le recluse nella documentazione tardo medievale”, In CHEMOTTI, Saveria; LA ROCCA, Maria Cristina (ed.) – *Il genere nella ricerca storica. Atti del VI congresso della Società Italiana delle Storiche*. Padova: Il Poligrafo, 2015, pp. 80-93.

<sup>7</sup> Ver, a este propósito, as considerações tecidas por CIRLOT, Victoria; GARÍ, Blanca – “Introducción”, In CIRLOT, Victoria; GARÍ, Blanca (ed.) – *La mirada interior. Escritoras místicas y visionarias en la Edad Media*. Madrid: Ediciones Siruela, 2008, pp. 13-40.

<sup>8</sup> Cf. MATTOSO, José – “Forma de Vida Monástica. Nota histórica”, In SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal*, pp. 39-41.

<sup>9</sup> Com efeito, ao apresentar os diversos tipos de monges, a Regra define os anacoretas ou eremitas como uma opção feita “após longa provação do mosteiro”, pressupondo com isso o consentimento do abade e da comunidade. Cf. *Regra do Patriarca S. Bento*. Traduzida do latim e anotada pelos Monges de Singeverga. 2ª edição. Singeverga: Edições Ora & Labora, 1992, cap. I, p. 21. Tal possibilidade aparece bem documentada em diversas regiões do Ocidente medieval, sobretudo nos momentos de maior popularidade da forma de vida eremítica. Cf. SANSTERRE, Jean-Marie – “Le monachisme bénédictin d’Italie et les bénédictins italiens en France face au renouveau de l’eremitisme à la fin du Xe et au XIe siècle”, In VAUCHEZ, André (dir.) – *Ermîtes de France et d’Italie*, pp. 29-46.

tendo os leigos como seus principais protagonistas e, em simultâneo, a uma comprovada feminização. E, com isso, acentua-se também o carácter urbano desta opção religiosa, doravante conduzida no interior ou na proximidade das cidades<sup>10</sup>.

Na verdade, os homens tinham a opção da vida eremítica, conduzida fora dos núcleos habitados, ainda que nas suas proximidades. Para as mulheres, esta era vista como uma opção perigosa face à fragilidade que lhes estava tradicionalmente associada. Para além do mais, o enveredar, por parte das mulheres, por uma vida de penitência, traduzida no encerramento em suas casas ou em celas construídas para o efeito, adossadas a igrejas (paroquiais ou monásticas) mas também às portas da cidade ou das suas muralhas ou na proximidade de hospitais ou gafarias, não deixava de ser olhado com alguma suspeita por parte das autoridades civis e sobretudo eclesiásticas, exigindo por isso uma atenta e mais próxima vigilância<sup>11</sup>.

Partamos, pois, de duas cidades do Sul, Lisboa e Évora, relativamente bem documentadas para que, por elas, tentemos perceber os contornos desta opção religiosa e o que podemos inferir sobre o quotidiano das mulheres que por ela enveredavam.

### **Lisboa.**

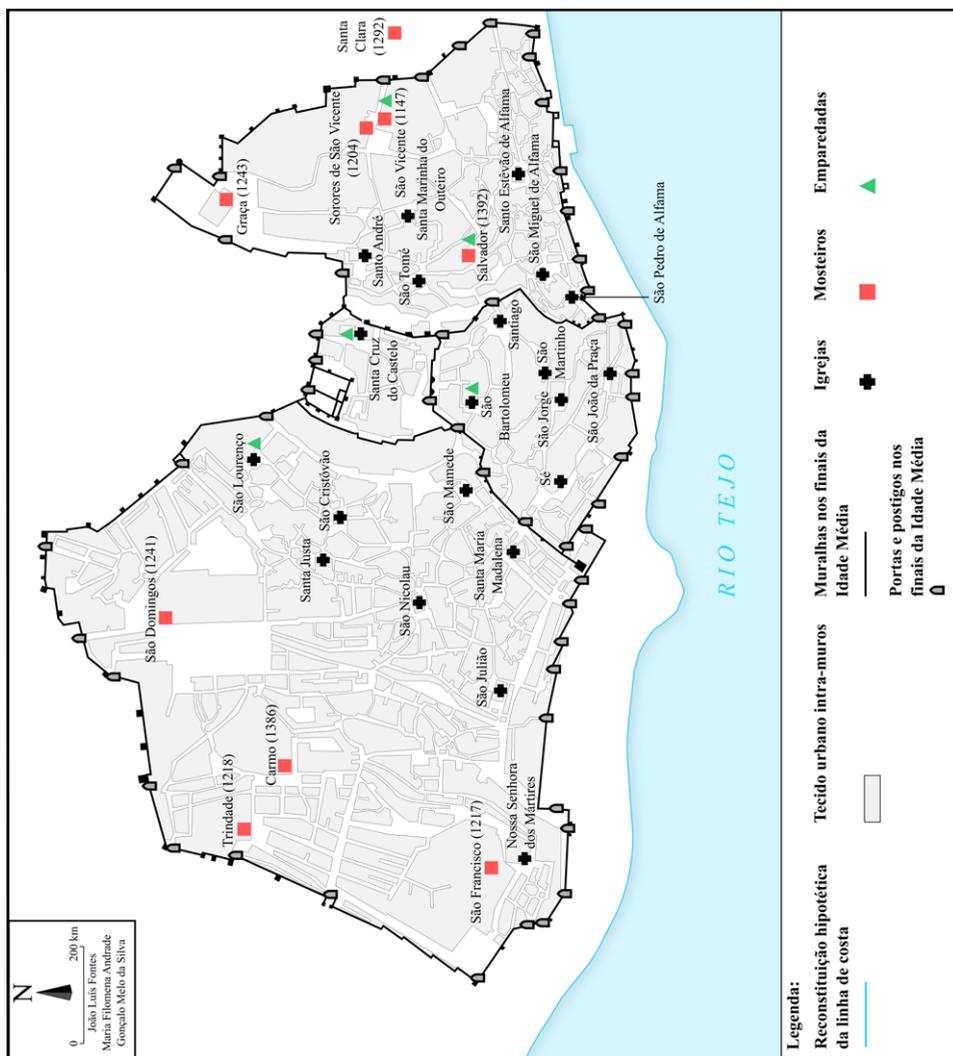
Lisboa, como sabemos, foi definitivamente conquistada pelas forças cristãs em 1147. A estratégia de povoamento e de reorganização do espaço urbano, com a restauração da diocese e o rápido estabelecimento de uma densa rede paroquial<sup>12</sup>, foi acompanhada por um conjunto significativo de fundações monásticas e conventuais ao longo dos séculos XII, XIII e XIV, que acabaram por envolver o núcleo urbano: São Vicente de Fora, de cônegos regulares de Santo Agostinho, edificado após a conquista da cidade (1147); Santo Agostinho, de Eremitas de Santo Agostinho, provavelmente no final do mesmo século; São Francisco em 1217, a Santíssima Trindade, de Trinitários, em 1218, São Domingos em 1241 e Santa Clara em 1288. Mais tarde, já por finais do século XIV, juntar-se-á o convento do Carmo, sob a iniciativa do Condestável, que aí ingressará e terminará os seus dias. Nos arredores da cidade, podemos encontrar os mosteiros de Chelas e de Santos, o primeiro ocupado por cônegas, após uma fase anterior de aparente tentativa de fundação de uma comunidade dominicana, e o segundo reservado às mulheres dos freires de Santiago<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette – “La réclusion dans le milieu urbain français au Moyen Âge”, In VAUCHEZ, André (dir.) – *Ermîtes de France et d'Italie*, pp. 155-157.

<sup>11</sup> L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette – “La réclusion dans le milieu...”, pp. 156-157, 159-160.

<sup>12</sup> FARELO, Mário – “O direito de padroado na Lisboa medieval”. *Promontoria* 4 (2006), pp. 267-289; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 2016.

<sup>13</sup> Sobre a rede monástico-conventual da Lisboa medieval, cf. FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena – “Povoar e enquadrar. Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa da Lisboa medieval (séculos XII-XIV)”. *Medievalista* 32 (Jul.-Dez. 2022), pp. 257-280. <https://doi.org/10.4000/medievalista.5755>.



Mapa 1 – As formas de vida religiosa na Lisboa medieval (séc. XIV).

Elaborado por Gonçalo Melo e Silva sobre mapa anteriormente disponibilizado pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Por comodidade, está já assinalada a muralha fernandina, ainda ausente aquando da fundação da maioria das casas religiosas da cidade ou do aparecimento de muitos dos casos de reclusão voluntária documentados até ao final de Trezentos.

A geografia de reclusão voluntária na Lisboa medieval aponta para uma preferência das emparedadas pelas igrejas paroquiais, algo muito semelhante ao que Maria del Mar Graña Cid encontrou para a Córdoba medieval<sup>14</sup>. Contudo, é também importante ter em conta a sua atenção e protecção em relação às muralhas e portas principais da cidade, como no caso das reclusas estabelecidas perto do mosteiro de São Vicente ou da igreja paroquial da Santa Cruz do Castelo. Ainda nos falta uma cartografia rigorosa e o estudo mais desenvolvido sobre os hospitais da Lisboa medieval e outras instituições de caridade, especialmente as ligadas a paróquias e conventos, e o respectivo património, a fim de compreendermos melhor a sua eventual importância na geografia da reclusão voluntária e a escolha de certas igrejas por parte destas mulheres<sup>15</sup>.

As conclusões que podemos tirar sobre Lisboa devem lidar com a disparidade da informação arquivística, devido ao desaparecimento completo dos registos históricos dos conventos de São Francisco e Santa Clara. Mas é verdade que não encontramos quaisquer outros vestígios de atracção significativa destas mulheres para nenhuma das casas religiosas fundadas em Lisboa durante os séculos XIII e XIV, à excepção do caso de São Vicente<sup>16</sup>.

No interior da Cerca Moura, as emparedadas surgem-nos instaladas nas proximidades das igrejas paroquiais da Santa Cruz e de São Bartolomeu, preferência também documentada para as zonas de expansão urbana, quer do lado oriental, com um grupo de reclusas perto da igreja do Salvador desde 1319, quer do lado ocidental, perto do vale, nas paróquias de São Lourenço e Santa Maria de Alcamim. Entre as casas religiosas da cidade, apenas São Vicente parece ser capaz de atrair um grupo de emparedadas que permanece perto do mosteiro durante todo este período, a par com uma comunidade de sorores ou cónegas, já existente, segundo a pesquisa desenvolvida

<sup>14</sup> Cf. GRAÑA CID, María del Mar – *Religiosas y ciudades. La espiritualidade feminina en la construcción sociopolítica urbana bajomedieval (Córdoba, siglos XIII-XVI)*. Córdoba: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2010.

<sup>15</sup> Vejam-se, entre os contributos mais recentes sobre a rede assistencial e confraternal de Lisboa: NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *A casa de São Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (Séc. XIV e XV)*. Lisboa: Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à NOVA FCSH, 2010; LEME, Margarida – “O património dos hospitais medievais na Lisboa manuelina”, In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (coord.) – *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa, Livros Horizonte, 2016, pp. 393-437; LOPES, Paulo Jorge Rodrigues – *A assistência hospitalar na Lisboa medieval até à instituição do Hospital Real de Todos-os-Santos (sécs XIII-XV)*. Lisboa: Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à NOVA FCSH, 2016; FARELO, Mário – “A rede confraternal na cidade de Lisboa (séculos XIII-primeira metade do séc. XVI)”, In ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina; PRATA, Sara (eds.) – *Espaços e poderes na Europa urbana medieval*. Castelo de Vide: IEM – NOVA FCSH / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2018, pp. 465-492 FARELO, Mário – “A rede assistencial em Lisboa antes do Hospital Real de Todos-os-Santos”, In TEIXEIRA, André; ALBERTO, Edite Martins; SILVA, Rodrigo Banha da (coord. cient.) – *Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2021, pp. 261-278.

<sup>16</sup> Para o estudo mais desenvolvido deste assunto, cf. FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média”, In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 259-277.

por Isabel Branquinho, desde 1204<sup>17</sup>. A memória do martírio associado a São Vicente, mas também aos cruzados alemães que foram enterrados no local onde o mosteiro foi construído, juntamente com a existência de um hospital<sup>18</sup>, foram certamente motivos de atracção para estas mulheres que continuam a procurar viver uma vida reclusa nas proximidades desta casa religiosa.

Sabemos pouco sobre a origem social destas mulheres ou sobre as suas motivações. Em alguns casos, é possível detectar uma ligação com famílias relacionadas com funcionários urbanos e com o serviço do rei. O título de “dona” que é acrescentado a alguns dos seus nomes pode indicar uma condição social mais elevada. Para alguns outros, as referências aos seus bens apontam para a presença de reclusas ligadas a famílias com alguma riqueza e com um património localizado na cidade ou em lugares próximos, indiciando, assim, um recrutamento mais regional. É possível encontrar entre elas algumas viúvas e mulheres solteiras, mas nada é dito sobre a maioria delas<sup>19</sup>.

Mesmo assim, podemos considerar que a reclusão voluntária parece surgir, na maioria das vezes, como uma opção pessoal muito consciente, inserida no movimento feminino que, desde o século XIII, reivindica um espaço próprio de prática religiosa para além do modo de vida tradicional das ordens religiosas, definido por uma regra aprovada pela Igreja. Um bom exemplo disso é o grupo de reclusas localizado ao lado de São Vicente de Fora, que subsistiu lado a lado com uma comunidade de “sorores”, instalada ao lado do mesmo mosteiro e governada por uma priora.

Infelizmente, quando chegamos às últimas décadas do século XIV, as referências às “emparedadas” desaparecem dos testamentos, juntamente com um silêncio semelhante de outras fontes sobre o núcleo da reclusão feminina documentado algumas décadas antes. Mesmo em São Vicente, as referências às “casas das emparedadas” encontradas durante o século XV parecem não ter correspondência com uma presença efectiva das antigas reclusas naquele lugar. Outros documentos irão sugerir a sua substituição por novas formas de vida religiosa conduzidas por mulheres leigas, agora reunidas em comunidade e dedicadas a uma vida de penitência mais aberta ao exterior, pela prática da caridade<sup>20</sup>.

É também importante salientar a presença de alguns emparedados (homens) na Lisboa medieval. O seu carácter excepcional torna-os dignos de memória. É bem conhecido o caso de frei João da Barroca, emparedado perto do convento de São Francisco em finais do século XIV. Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes refere-o

<sup>17</sup> A respeito destas mulheres: BRANQUINHO, Maria Isabel – “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem”, In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, pp. 239-258; FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano”, *passim*; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal*, pp. 212-213.

<sup>18</sup> Cf. SILVA, Carlos Guardado da – *O mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XVIII)*. Lisboa: Colibri, 2002.

<sup>19</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano”, pp. 265-267.

<sup>20</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo...”, pp. 268-270.

como um frade castelhano da terceira ordem. A sua decisão de terminar os seus dias como emparedado neste extremo do mundo conhecido foi, de facto, o fim de um itinerário de penitência que passou por uma experiência anterior de reclusão voluntária conduzida na cidade de Jerusalém<sup>21</sup>. Outro recluso, Vicente, também estrangeiro, viveu, ao mesmo tempo, numa “pequena casa”, junto ao mosteiro de Santo Agostinho<sup>22</sup>. Ambos foram procurados pela população urbana, devido aos seus conselhos inspirados. Mas se Fernão Lopes se lembra de frei João da Barroca no âmbito da sua própria visão do rei português D. João I, uma vez que ele é usado para confirmar o projecto de Deus sobre ele e sobre o reino, o mesmo cronista também evoca a generosidade do rei para com algumas emparedadas que viviam em Lisboa, no intuito de que dele se lembrassem nas suas orações...<sup>23</sup>.

### Évora.

O nosso segundo caso, o de Évora, remete para uma cidade situada no coração do sul do reino português, submetida ao poder dos reis portugueses em 1165, mas terreno de uma instabilidade militar até à conquista final do Algarve, em 1249<sup>24</sup>. Os Franciscanos e Dominicanos chegam à cidade durante o século XIII (cerca de 1250 para os Franciscanos e 1280 para os Dominicanos), quando a comunidade de freires guerreiros que nasceu na cidade por volta de 1176 já tinha saído de Évora para instalar o seu convento na vila de Avis (1223)<sup>25</sup>.

Em Évora, as notícias mais antigas respeitante à presença de emparedadas reportam-se a 1274, com um pequeno núcleo de reclusas, liderado por Domingas Soeira, filha de um cavaleiro da cidade, instalado junto às muralhas da urbe. O mesmo grupo obteria a sua integração na Ordem de Cister por decisão do Capítulo da Ordem celebrado nesse ano, daí nascendo a comunidade monástica de São Bento de Cástris, fundada nas proximidades de Évora e sujeita, desde 1275, à visitação do abade de Alcobaça. As suas origens, menos documentadas, parecem apontar, segundo Luís Rêpas, para uma mais tardia institucionalização (a igreja conventual só será sagrada

<sup>21</sup> Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, parte I. Ed. Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, cap. XXIII, p. 42.

<sup>22</sup> Cf. PORTALEGRE, Paulo de – *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios*. Ed. Cristina Sobral. Lisboa: Roma Editora, 2007, parte I, cap. 5, pp. 79-80

<sup>23</sup> Assim fez “a Margarida Anes, e a Maria Estevez, empardeadas” (Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, parte I, cap. L, p. 89). Embora o perigo da homonímia nos obrigue a alguma prudência, não é impossível que estas mulheres sejam as mesmas que, em 1372, já viviam vida reclusa em Avis, a vila onde a Ordem Militar de Avis tinha a sua sede, e da qual o futuro D. João I era Mestre (Biblioteca Pública de Évora – BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, n° 20).

<sup>24</sup> Cf. BEIRANTE, Maria Ângela Vieira Godinho da Rocha – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1995.

<sup>25</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – “Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa durante a Idade Média (séculos XII a XV)”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 17 (2005), pp. 39-61.

em 1328) e para uma comunidade inicialmente modesta<sup>26</sup>. A distância face a Alcobaça e a qualquer outro mosteiro cisterciense – até à fundação de Nossa Senhora da Piedade de Tavira e de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, ambos habitados a partir de 1530, Cástris é a única casa portuguesa da Ordem fundada a sul do Tejo<sup>27</sup> – permitiria certamente às primeiras monjas uma maior liberdade e autonomia, patente nos próprios laços espirituais que a sua fundadora estabelece com outros cenóbios presentes em Évora, nomeadamente o de S. Domingos<sup>28</sup>.

É, aliás, nas proximidades do cenóbio dominicano de Évora, fundado cerca de 1286, que iremos encontrar, mais tarde, a chamada Rua das Emparedadas, habitada por reclusas ainda em 1433 mas que, após esta data, parece esvaziar-se de tais mulheres, apesar da permanência, até muito tarde, da primitiva designação toponímica<sup>29</sup>.

Sabemos muito pouco sobre estas reclusas, para além do que nos é dado conhecer sobre a fundadora de São Bento de Cástris, e de alguns nomes – poucos – de mulheres identificadas como vivendo em reclusão voluntária no interior da cidade<sup>30</sup>. Nada nos é dito sobre a sua origem e condição social, as suas motivações ou mesmo o tempo em que viveram reclusas em suas casas. A protecção que, aparentemente, lhes parece ser dispensada pelos Dominicanos – dada a sua proximidade do convento dos Pregadores, as ligações espirituais procuradas por algumas emparedadas com esta casa mendicante e a escolha, entre gente próxima dos frades, de alguns dos executores das suas últimas vontades – tem paralelos com o que encontramos, por meados do século XIII, em Santarém<sup>31</sup>, e em outros núcleos urbanos da Península, ou com a

<sup>26</sup> Sobre esta fundação, cf. RÊPAS, Luís Miguel – “Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. Fundações e fundadores”, In VIFORCOS MARINAS, Maria Isabel; SÁNCHEZ-BORDONA, Maria Dolores Campos (coord.) – *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual: nuevas aportaciones al monacato femenino*. León: Universidad de León, 2005, pp. 67-69; FONTES, João Luís Inglês – “Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (sécs. XII a XV)”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 17 (2005), pp. 45-48; RÊPAS, Luís Miguel – “Da reclusão à vida monástica: a origem de alguns mosteiros cistercienses femininos no século XIII”. *Cadernos de Estudos Leirienses* 10 (Out. 2016), pp. 169-171; RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. AS comunidades cistercienses femininas na Idade Média*. Coimbra: Tese de Doutoramento em História, ramo de História Medieval, apresentada à FLUC, 2021, vol. I, pp. 95-105.

<sup>27</sup> Cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal*, pp. 128-130.

<sup>28</sup> Cf. nota 26.

<sup>29</sup> Em 1382, encontramos a primeira referência à Rua das Emparedadas (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 9, nº 10 – 1382.05.17, Évora, em traslado de 1429.11.15); em 1433, uma Maria Eanes aí levava vida reclusa (*ibidem*, pasta 13, nº 133 – 1433.01.03, Évora) e, em 1440, é dada como já falecida uma outra emparedada, Catarina Domingues, que aí morara, e cujo testamenteiro é pai de um Fr. Tomás, doutor, frade dominicano (*ibidem*, pasta 13, nº 130 – 1440.02.29, Évora). Ainda em 1483 encontramos referências à “Rua que se chama das emparedadas” (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 14, nº 14 – 1483.05.09, Évora). Em 1579, já se atesta a mudança toponímica, quando esta rua aparece designada como Rua de Santa Marta, com o reparo de “em tempo se chamava das Empardeadas” (documento citado por Afonso de CARVALHO – *Da Toponímia de Évora*. Vol. II – *Século XV*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, pp. 84-85).

<sup>30</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – “Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 31 (Jan.-Jun. 2015), p. 54, nota 12.

<sup>31</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Silva – “Frades, Monjas e Reclusas: os primórdios da presença mendicante em Santarém Medieval”, In COLESANTI, Gemma Teresa; GARÍ, Blanca; JORNET-BENITO, Núria (ed.) – *Clarisas y dominicas. Modelos de implantación*,

proximidade também aos mendicantes de alguns grupos de reclusas em Coimbra<sup>32</sup>.

Os escassos resultados destes inquéritos dificultam-nos dizer muito sobre as mulheres que optaram, nestas cidades, pela reclusão voluntária. Os indícios que nos chegam mostram o sucesso desta forma de vida nos mais importante e melhor documentados núcleos urbanos do Sul, numa geografia que procura, no interior muralhado da cidade ou nas áreas em expansão, a proximidade das igrejas e, noutros casos, também a de alguns conventos, associados a uma renovação da pastoral urbana, sejam eles cónegos regrantes ou das ordens mendicantes. Embora nos faltem mais informações, é possível, tal como acontece em outros núcleos urbanos da Península e mesmo fora dela, que algumas destas mulheres vivessem mesmo em celas adossadas às igrejas, permitindo-lhes assim abrir uma segunda janela para o interior dos templos de modo a permitir-lhes a assistência aos serviços religiosos. Viveriam algumas um sistema de semi-reclusão, aliando eventualmente algum trabalho assistencial junto de hospitais ou leprosas?

É certo, contudo, o prestígio destas mulheres, que se fazem radicar também junto aos pontos mais frágeis da cidade – as portas, as muralhas, os caminhos –, garantindo, pelo seu sacrifício e pela vida de oração e penitência a que se dedicam, o favor divino. Cabe à cidade, por isso, garantir-lhes a sobrevivência, o que muitos fazem por meio de esmolos, não se coibindo de as integrar entre os pobres de Cristo elencados nos seus testamentos, mercedores por isso da caridade dos fiéis, na expectativa de poderem beneficiar, aqui e na eternidade, dos méritos da sua poderosa intercessão. Tal como os reclusos referidos por Fernão Lopes, também a estas mulheres são reconhecidos dons particulares no aconselhamento e no discernimento dos espíritos. Também por isso, porque assumem por este meio uma função claramente clerical e masculina, diversos escritores eclesiásticos relembram a necessidade de estas mulheres se manterem discretas e silenciosas, abandonando o palavreado vão. O próprio D. Duarte, aliás, copia, no cap. 47 do *Leal Conselheiro*, um excerto de um tratado de São Tomás de Aquino sobre “o perigo da conversação das mulheres spirituaes”, fazendo eco da ambivalência com que estas mulheres religiosas eram vistas nos círculos eclesiásticos<sup>33</sup>.

---

*filiación, promoción y devoción en la Península Ibérica, Cerdeña, Nápoles y Sicilia*. Florença: Reti Medievali / Firenze University Press, 2017, pp. 383-405.

<sup>32</sup> Cf. ANDRADE, Maria Filomena; FONTES, João Luís Inglês – “Devoção e autoridade: a afirmação da religiosidade feminina em Coimbra na época medieval”, In GALLEGO FRANCO, Henar; GARCÍA HERRERO, María del Carmen (ed.) – *Autoridad, Poder e Influencia. Mujeres que hacen Historia*, vol. 2 [CD ROM]. Barcelona: Icaria Editorial, 2017, pp. 571-589.

<sup>33</sup> Cf. D. DUARTE – *Leal Conselheiro*. Ed. crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, cap. RVII, pp. 185-192 (p. 191).

## 2. As mulheres da pobre vida.

É possível que o texto copiado por D. Duarte fosse mais amplo na sua abrangência, dado que entre estas mulheres espirituais o rei inclui “beguinas devotas ou monjas”. Sob o epíteto pejorativo de “beguinas”, poderiam incluir-se as formas não regulares de vida religiosa feminina que, à data, iam bem além da tradicional reclusão, aliás em aparente ocaso, em favor de outras formas não regulares de vivência religiosa feminina, de cariz sobretudo comunitário. Também de inscrição urbana, estas eram agora marcadas por uma vida pobre e austera, de rigorosa fraternidade, onde a castidade se aliava à penitência e ao trabalho manual, sem excluir a caridade exercida para com os doentes e os órfãos. A pobreza voluntariamente procurada e vivida marca a forma de designação mais vulgarizada deste tipo de experiências, ao ponto de o designativo de “pobre” ser considerado como suficiente para distinguir estas mulheres e a especificidade da sua opção religiosa<sup>34</sup>.

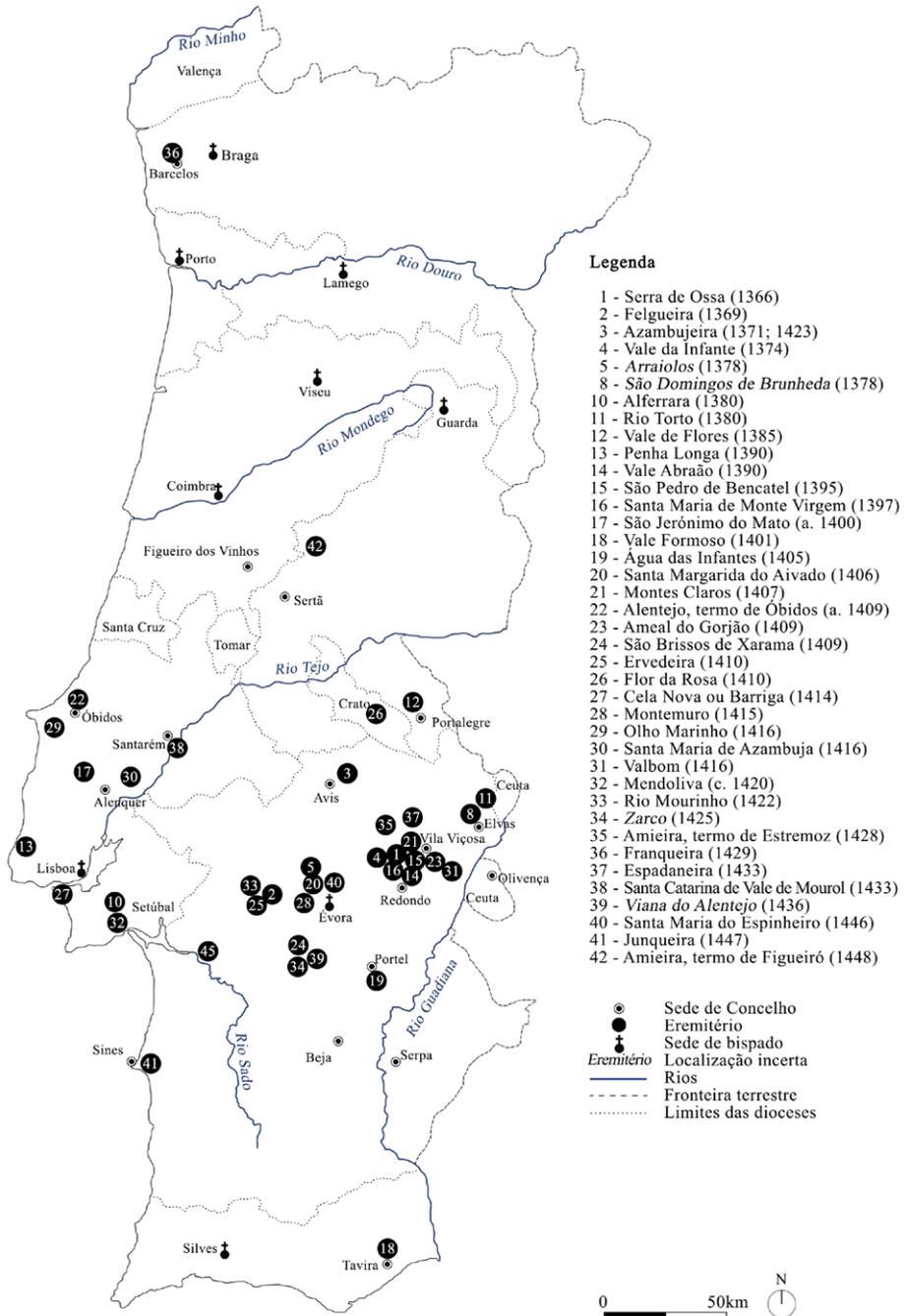
### *Os homens da pobre vida.*

Este facto não pode deixar de evocar uma similar forma de vida conduzida, desde a segunda metade do século XIV, por grupos de eremitas que igualmente se dizem «da pobre vida» e emergem, de forma segura, na documentação a partir de 1366<sup>35</sup>. Uma inquirição realizada por ordem pontifícia em 1377-78 demonstrava já a surpreendente vitalidade e expansão desse movimento eremítico. Vida pobre, solitária e austera, conduzida em locais ermos, afastados dos povoados mas capazes de assegurar a subsistência dos seus adeptos pela presença de fontes de água e de terra cultivável, mesmo que entretanto abandonada ou convertida em mato, que os eremitas trabalhavam com as suas próprias mãos e cujos recursos exploravam, associando à agricultura a criação de gado, a apicultura e alguma produção artesanal, sobretudo de colheres de pau. Por vezes solitários, estes homens podiam ainda viver em pequenos grupos de dois, três ou quatro elementos. De composição maioritariamente laical, apelidavam-se a si mesmos de *pobres*, *pobres ermitães* ou *homens da pobre vida*. Já então se encontravam espalhados pelo noroeste alentejano, com o seu epicentro na Serra de Ossa, junto à vila do Redondo e não longe da urbe episcopal de Évora.

Os eremitas portugueses depressa alcançariam uma notável expansão, sobretudo após o advento da nova dinastia de Avis, ultrapassados já os conflitos militares com Castela e a instabilidade que eles haviam lançado também em todo

<sup>34</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – “Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora”, pp. 51-71.

<sup>35</sup> Remetemos, sobre estes eremitas, para FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização de uma experiência eremítica. Da «Pobre Vida» à Congregação da Serra de Ossa (1366-1510)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2021.



Mapa 2 – Os eremitas da Serra de Ossa (1385-1452).

o Alentejo. Os dados disponíveis atestam, por um lado, o rápido aumento de novas fundações: dos 10 eremitérios documentados em 1378 passa-se para os 24 em meados do século XV. À protecção pontifícia junta-se, quer a protecção régia, quer o favor dos concelhos em cujos termos os eremitérios se instalam e das respectivas populações, entre as quais se contam os principais benfeitores destes homens da pobre vida, que os socorrem com doações e que se recomendam às suas orações. Dos concelhos recebem igualmente importantes doações, muitas vezes a título de sesmarias, engrossando as terras confiadas ao seu cultivo e indispensáveis à sua subsistência.

Tanto o rei João I como D. Duarte se revelarão pródigos na protecção facultada a estas comunidades da pobre vida, na linha de um assumir consciente do seu papel em ordem à reforma da vida religiosa do reino que, a seu ver, passava necessariamente pelo apoio e tutela dos movimentos que a esse nível se pautavam por uma conduta rigorista, austera e exemplar. À concessão de privilégios diversos (de isenções fiscais a privilégios aos seus servidores e caseiros) ou à confirmação de anteriores doações, importantes para a sustentação económica destes grupos, os monarcas juntam uma intervenção mais directa em ordem a favorecer a ligação dos diversos eremitérios à Serra de Ossa e a intervenção desta sobre os restantes lugares da pobre vida, não se coibindo também de arbitrar as dificuldades que vão surgindo na sucessão do governo de alguns eremitérios após a morte dos respectivos fundadores. A presença de alguns elementos oriundos da corte régia entre os eremitas – como foi o caso de Mendo Seabra ou de Gonçalo Vasques, o capelão do Infante Santo – favoreceu ainda mais a ligação dos monarcas, sobretudo de D. Duarte, a estes grupos, servindo como seus intermediários na resolução dos problemas suscitados pela expansão do movimento eremítico e pelo desaparecimento gradual de muitos dos fundadores dos eremitérios.

Os monarcas prolongariam este apoio pela obtenção de diversos privilégios pontifícios que garantiam aos pobres a isenção do pagamento das dízimas eclesiásticas para as terras que lhes pertenciam ou licenças diversas ligadas com a vida litúrgica das comunidades, de extracção maioritariamente laical (licenças para posse de altar portátil, para escolha de presbítero que lhes pudesse celebrar a eucaristia ou confessar, para se fazerem sepultar nos eremitérios, etc). É pela mesma altura que se deve ter iniciado a construção de oratórios no interior dos eremitérios e se dá licença para um gradual aumento das comunidades que, por bula de Eugénio IV (1433), podiam integrar até 20 eremitas.

### *A pobre vida no feminino*<sup>36</sup>.

É nesta fase que, em Évora, a presença de grupos de mulheres adeptas da pobre vida se torna mais visível.

Devia ser já antiga a relação entre os eremitas e grupos femininos empenhados numa vivência religiosa mais rigorosa, conduzida em casas no interior dos núcleos urbanos que lhes ficavam mais próximos. Assim o parece indiciar, por exemplo, a presença do eremita Mateus Jacobo, um dos primeiros documentados na Serra de Ossa, como testemunha à doação que é feita, em 1372, a três mulheres – Joana Martins, Margarida Eanes e Maria Eanes – de umas casas em Avis. Descritas como “Mulheres pobres que sseruem deus”, recebem as casas de um Vasco Peres, que lhas doa por amor de Deus<sup>37</sup>, e que muito possivelmente é o mesmo Vasco Peres de Avis que, quatro anos depois, sabemos já ingressado na vida eremítica, também na Serra de Ossa<sup>38</sup>.

Mas será preciso esperar pelas primeiras décadas do século XV, passada a instabilidade das guerras com Castela e lançada definitivamente a expansão dos eremitérios, para que emerjam na documentação os primeiros grupos de mulheres da pobre vida, todas elas instaladas no interior da cidade de Évora. Os eremitas deviam visitar a cidade de Évora com alguma regularidade, para tratar de assuntos do interesse das suas comunidades, ou para colocarem os seus produtos que eram depois vendidos a retalho. Na cidade, os eremitas tinham ainda umas casas, desde 1367, onde pousavam quando tal era necessário<sup>39</sup>.

Os primeiros indícios da presença de mulheres pobres ou beatas remontam ao segundo quartel do século XV: em 1427, há notícias de uma Constança, «a pobre», que morava junto da igreja de S. Pedro<sup>40</sup>, possivelmente a mesma que se viria a fazer sepultar na catedral eborense; em 1438, já Beatriz Galvoa vivia com a sua irmã, Inês Galvoa, e com Beatriz de Elvas numas casas na Rua de Machede, pressupondo-se que o fizessem já há algum tempo<sup>41</sup>; em 1439, encontramos também uma Beatriz Rodrigues,

<sup>36</sup> Seguimos aqui de perto o que deixámos escrito em FONTES, João Luís Inglês – “Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora”, pp. 57-71.

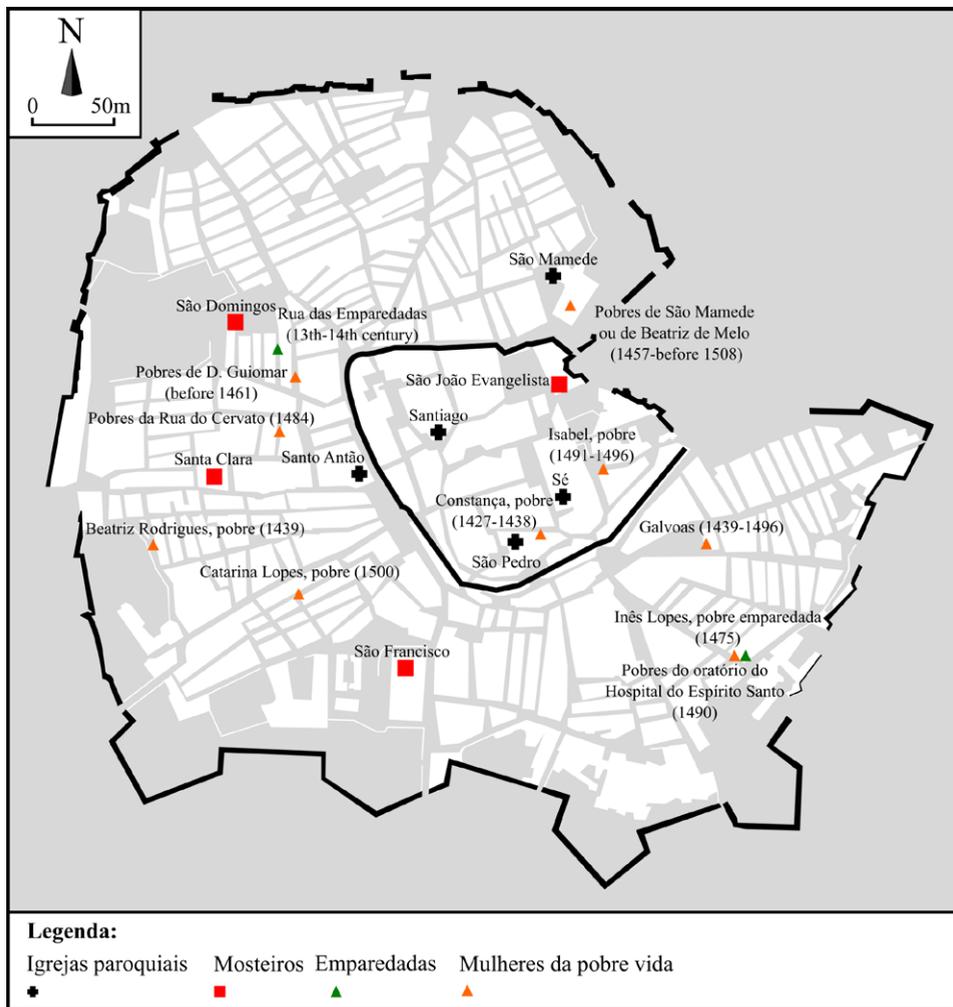
<sup>37</sup> Cf. BPE, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (1372.08.01, Avis, em traslado de 1376.01.14, Evoramonte).

<sup>38</sup> Sobre este eremita, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização...*, p. 458.

<sup>39</sup> Cf. BPE, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (1367.01.10, Évora, em traslado de 1376.01.14, Evoramonte). Em 1444, eram já três as casas que a comunidade da Serra de Ossa trazia em Évora, sabendo-se que também os eremitas de Vale da Infante, Montemuro, Rio Mourinho e Santa Margarida do Aivado possuíam casas na urbe (cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização*, nota 199, p. 227).

<sup>40</sup> Cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 3, nº 55 (1427.07.30, Évora).

<sup>41</sup> Nessa data, Mem Gonçalves, escudeiro, e Mor Vasques Galvoa, moradores e vizinhos da cidade de Évora, doam a Beatriz e a Inês Galvoa, suas filhas, e a Beatriz de Elvas, sua parceira, “todas tres pobres e Seruas do senhor deus”, umas casas, situadas na Rua de Machede, junto à Porta de Moura, onde as três já levavam vida pobre, com consentimento deles, doadores. Na mesma doação, reconheciam como as mesmas mulheres tinham já despendido os seus bens na reparação das ditas casas e tomado “gram trabalho em seus corpos em Serujr em ellas” (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Espinheiro de Évora*, lv. 7, doc. 41 – 1438.04.04, Évora). Sobre esta comunidade, cf. FONTES, João Luís Inglês – “A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de



Mapa 3 – Emparedadas e mulheres da pobre vida em Évora (séc. XV).

que parece levar vida pobre sem outras companheiras, numas casas com seu quintal, sitas na Rua da Palmeira<sup>42</sup>.

A presença de mulheres da pobre vida na urbe devia ser, ainda assim, anterior. No caso de Beatriz Rodrigues, o testamento que redige em 1439 atesta as ligações já antigas que cultivava com os eremitas estantes na Serra de Portel, que retrocediam ao tempo de Vasco, *o pobre*, fundador desse lugar cerca de 1405 e que deve ter falecido pouco depois de 1423<sup>43</sup>. Por seu lado, no testamento que a sua homónima, fundadora da casa das Galvoas, redige, em 1461, aparece bem explícita a memória de um percurso de iniciação na pobre vida, pela repetida evocação do exemplo fundante da “doutrina daquelas que nos ensinaram”<sup>44</sup>. Nada é dito sobre quem seriam estas mulheres. Mas, tal como para os primeiros eremitas, que por vezes se reportam a outros pobres com quem aprenderam o caminho da pobre vida, também aqui a iniciação nesta opção religiosa implica uma transmissão, uma linhagem espiritual que, infelizmente, a documentação não permite precisar.

Do testamento da mesma Beatriz Galvoa colhemos ainda importantes informes sobre a vida destes grupos. Testemunhando na primeira pessoa uma opção religiosa assumida como uma vocação, um chamamento – Beatriz afirma-se como aquela que “ao presente pella misericórdia de deus tenho carego e amenistraçam destas Irmãs e pobres que viuem na Rua de Machede desta çidade d euora” –, a regedora da comunidade pouco se demora com as determinações sobre o destino a dar ao seu corpo, que manda seja sepultado na Sé, junto da pia baptismal e das outras pobres. A sua preocupação centra-se, na verdade, em deixar por escrito um conjunto de normas que deviam definir e preservar o modo de vida das pobres suas irmãs.

Aqui surge, de forma peremptória, como a sua comunidade se encontrava sujeita à jurisdição do bispo da cidade: “a nossa obediência e Jurdiçam nom perteençe saluo ao bispo e seus saçardotes”. A esta luz, a escolha da sé eborense como lugar de sepultura por parte de muitas destas mulheres acabava por afirmar e prolongar simbolicamente esta obediência face ao prelado. A proximidade da pia baptismal

---

Évora”, In BUESCU, Ana Isabel; SOUSA, João Silva e MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval. Actas do Encontro (11-13 de Novembro de 2003)*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, pp. 157-178.

<sup>42</sup> Cf. BPE, *Convento de S. Paulo de Portel*, lv. 1, n.º 27 (1439.01.12, Évora). Trata-se do seu primeiro testamento, pelo qual faz seu testamenteiro e herdeiro um Álvaro “pobre”, eremita em Água das Infantes, na Serra de Portel. A referência à localização das suas casas encontra-se no seu segundo testamento, redigido no ano seguinte (*ibidem*, lv. 1, n.º 44 – 1440.09.01, Évora). Em nenhum deles se refere a quaisquer companheiras que consigo vivam nas ditas casas. Sobre o eremita Álvaro, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização*, pp. 263-266.

<sup>43</sup> Cf. nota anterior. Sobre o eremita Vasco, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização*, p. 453.

<sup>44</sup> O testamento foi iniciado a 22 de Julho de 1461 e dado por concluído a 31 de Julho do mesmo ano, conservando-se em traslado pedido pela irmã, Inês Galvoa, a 18 de Outubro de 1471 (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Évora*, lv. 10, fl. 334; publicado in João Luís Inglês FONTES – *A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora*, pp. 175-178).

não podia senão sinalizar uma opção que se pretendia um regresso às origens, numa radical fraternidade que tinha no baptismo a sua raiz e fundamento.

Esta ligação podia ainda prolongar-se em relações de cariz confraternal, sendo sintomático que, em 1469, uma destas pobres, Margarida Eanes, juntamente com uma Catarina Rodrigues, sua criada, apareçam explicitamente referidas entre os membros da Confraria de Santa Maria da Sé de Évora, à qual pertenciam também os cônegos e dignidades capitulares, bacharéis, capelães, raçoeiros e numerosos leigos<sup>45</sup>.

Tal vinculação ao bispo e ao clero diocesano era também um garante para a autonomia desta forma de vida feminina, conscientemente assumida como distinta face às propostas regulares oriundas das Ordens aprovadas pela Igreja. Beatriz Galvoa acautela as irmãs contra os perigos de introduzirem na comunidade “outros Relegiosos” que “sempre querem obrar algũas Ennouações que perteençem a sua hordem e nom ao costume das pobres”. É ao confessor (sempre diocesano) e aos eremitas da Serra de Ossa que se confia o grupo, cabendo a estes últimos conservar a casa em caso de extinção da comunidade, até que esta de novo se pudesse povoar de mulheres pobres. Era também do consenso entre as pobres, o seu confessor e os eremitas da Serra de Ossa que devia resultar a decisão de escolher a nova regedora que deveria presidir aos destinos da comunidade.

Alheias, pois, a qualquer regra monástica estabelecida, também elas, tal como os eremitas, buscam uma vida de radical fraternidade e de pobreza. Tal opção justifica, desde logo, os cuidados da fundadora em assegurar que as casas em que haviam iniciado a sua experiência em comunidade fossem possuídas por todas “yualmente e em comum”, de modo a viabilizar a sua continuidade e afastar qualquer ameaça de precariedade. Mas, do mesmo modo, relembra como todas as candidatas a esta forma de vida, antes de serem recebidas na comunidade, deviam ser “de todo despachadas das coisas e bens que no mundo tinham, porque aquelas que o assim não fazem nunca em a conversação têm o coração sossegado como devem e são torvação para as irmãs”. Irmãs e pobres, como lhes chama, deviam viver “todas em comunjidade Irmindade e caridade”. E tal ideal marcava também o modo como o espaço era habitado e o quotidiano da comunidade.

Com efeito, Beatriz Gavoia afasta a possibilidade de quaisquer apropriações individuais da casa, ao proibir-se que “nenhuma das ditas pobres que na casa viver, não seja consentido que dentro queira fazer sobre si casa apartada”, sob pena de expulsão da comunidade. Do mesmo modo, exclui a possibilidade de se criarem moças leigas para serviço das irmãs, estando todas obrigadas ao trabalho manual e ao serviço da casa. Sabemos, por um testemunho posterior, que o espaço da casa incluía algumas oficinas, assinalando o efectivo assumir pelas suas habitantes do trabalho manual,

<sup>45</sup> Cf. Arquivo do Cabido da Sé de Évora, *CEC 5-XV*, fls. 13-13v

assumido em estreita relação a vida penitente e pobre que haviam escolhido. A este acrescia a prática da caridade, pelo acolhimento, atestado para o caso das Galvoas, de alguns doentes e de raparigas órfãs.

Beatriz Galvoa é igualmente clara no cuidado a ter na admissão de candidatas à pobre vida, evitando-se tanto as viúvas como as mulheres de linhagem, pela sua dificuldade em aceitarem o seu modo de vida e se desligarem de hábitos mundanos, e mulheres de percurso mais duvidoso ou homiziadas, pelo escândalo que podia advir da sua conversação.

A mesma vigilância estendia-se à vivência da sexualidade. Embora não se encontrem determinações específicas sobre esta matéria no testamento, podemos deduzir que a opção pela castidade fazia parte da vida das pobres, pois era-lhes proibido “meter consigo homem nenhum leigo nem de religião para lhes ler livro”, por daí advirem, segundo a testadora, “grandes perigos e mal”. O corpo que importava manter casto também devia ser protegido por um vestuário próprio (infelizmente não descrito), sobretudo quando necessitassem de sair das casas onde viviam.

A opção pela pobreza e por uma vida fraterna determinava a própria vida religiosa e cultural da comunidade. Na verdade, Beatriz Galvoa determina que “não consintam que nenhuma pobre depois que na casa for, aprenda a ler nem posto que o já soubesse de antes não reze por livro por si nem com as outras pobres, salvo se for algum livro de doutrina, aos tempos devidos, mas Reze por contas simplesmente como suas companheiras”. A visão negativa da cultura letrada como fonte de soberba e factor indesejado de distinções no interior da comunidade surge simultaneamente como um meio de afirmação de formas alternativas de uma vivência espiritual marcada por práticas orantes muito simples, típicas do mundo dos leigos, associadas à repetição ritmadas de determinadas orações. No entanto, não se excluam preempitoriamente as leituras espirituais, embora sejam remetidas sobretudo para o âmbito comunitário.

O seu testamento mostra também como se opera o desenvolvimento orgânico da comunidade, a partir de um pequeno grupo – Beatriz Galvoa, Inês Galvoa, sua irmã e uma terceira companheira, Beatriz de Elvas – que se instala nas casas que os pais das duas primeiras detinham na cidade, na Rua de Machede, cuja exiguidade não admitia mais do que quatro habitantes<sup>46</sup>. O aumento da comunidade, com as doações trazidas pelas novas irmãs, terá permitido a aquisição de outras casas contíguas<sup>47</sup> e a ampliação das instalações disponíveis, apoiada por importantes benfeitores<sup>48</sup> e que as

<sup>46</sup> Assim o refere o instrumento pelo qual os pais de Beatriz e Inês Galvoa lhes doam as ditas casas, em 1438 (cf. nota 40).

<sup>47</sup> Tal facto, testemunhado pela doação acima referida e pelo testamento de Beatriz (cf. FONTES, João Luís Inglês – “*A pobre vida no feminino*”, p. 176), é comprovado pela documentação: em 1457, Beatriz e Inês Galvoa, em nome de toda a comunidade, aforam da igreja de Santo Antão de Évora um quintal, contíguo às suas casas, sito na Rua de Mendo Esteves, com a possibilidade de nele fazerem o que lhes aprouver (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*, lv. 94, n.º 60 – 1457.04.01, Évora)

<sup>48</sup> Em 1459, as pobres solicitam à edilidade eborense que possam fazer “hũa sacada das suas casas pera

próprias pobres, com o trabalho das suas mãos, acabariam por ajustar às necessidades do grupo<sup>49</sup>. Contudo, Beatriz Galvoa determinava que a comunidade permanecesse pequena, com não mais do que seis elementos, preservando assim a sua radical fraternidade e evitando a necessidade de um excessivo suporte patrimonial para a subsistência do grupo<sup>50</sup>.

O avançar da centúria atesta a multiplicação deste tipo de experiências no interior da cidade de Évora. Assim, sabemos da presença de beatas junto à igreja de S. Mamede, aí documentadas desde 1457<sup>51</sup>. Os dados existentes não são claros sobre a existência de uma única comunidade nesse local ou de vários beatérios. Com efeito, em 1472, encontramos referências a uma casa de Inês de Brito, integrada entre as pobres de S. Mamede e agraciada no testamento de Luís Lourenço, outrora prioste do cabido da sé de Évora, com duzentos reais<sup>52</sup>. Mas, na mesma altura, nas imediações da mesma igreja, um outro grupo de pobres, ditas de Beatriz de Melo, já aparece documentado em 1467, numa carta régia de privilégio concedida a um lavrador e um almocreve que viessem a estar ao serviço da comunidade<sup>53</sup>. Em 1475, de novo em carta régia de privilégio dada a um seu caseiro, são ditas como vivendo “em congreuaçom he honestamente” na “cassa que foy de briatiz de mello”<sup>54</sup>.

Beatriz de Melo deveria aqui surgir como uma importante protectora, dadas as suas ligações à corte régia – fora donzela da rainha D. Filipa de Lencastre – e o facto de ter encaminhado para estas mulheres algumas propriedades que pertenciam ao seu património e as próprias casas onde levavam pobre vida<sup>55</sup>. Não é, contudo,

---

a Rua de meend esteuez e tomar da dicta Rua a caram das dictas suas casas hũa uara de medir pano em largo e majs nom em que possam fazer hũa casinha naquella altura que lhe per elles he deuisada em altura de hũu homem E a çarrar com as dictas ssuas casas porquanto acharom que esto nom fazia nojo aa serujdam da dicta Rua nem perJuizo algũu aos ujzinhos della”. O pedido é aceite, referindo-se expressamente o apoio dado a este pedido por D. Guiomar de Abreu, filha de Nuno Martins da Silveira (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*, lv. 94, nº 38 – 1459.06.02, Évora).

<sup>49</sup> Assim o refere a própria Beatriz Galvoa, no seu testamento (cf. FONTES, João Luís Inglês – “*A pobre vida no feminino...*”, p. 176).

<sup>50</sup> Cf. *ibidem*, pp. 163, 176.

<sup>51</sup> Nesse ano, encontramos a primeira referência a uma Maria Esteves, “a pobre”, que possuía uma vinha no termo da cidade, no caminho para Evoramonte (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 3, nº 74 – 1457.10.27, Évora) e que sabemos morar no bairro de São Mamede (cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 3, nº 105 – 1474.09.06, Évora).

<sup>52</sup> ACSE, *CEC 3-VII a*, fls. 305-315v (testamento de 1472.11.27, em instrumento de 1476.01.23, inserto em traslado de 1573.02.27).

<sup>53</sup> Assim aparecem referidas em 1467 – “as beatas que estam Junto com sam nemedede [sic] na cassa que foy d estar briatiz de mello a que deus perdoe” – pressupondo já a morte da sua fundadora ou protectora. Cf. TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 10, fls. 65v-66 – 1467.04.15, Évora, em confirmação de 1491.03.28, Évora; publicado em *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Ed. Gabriel PEREIRA. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 (ed fac-similada), parte II, doc. XLVIII, p. 103 [315].

<sup>54</sup> Cf. TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 177v – 1475.03.10, Évora; TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 10, fls. 65-65v – em confirmação de 1491.03.28, Évora.

<sup>55</sup> Maria Ângela Beirante relaciona Beatriz de Melo com a linhagem que virá a fundar, em 1485, o convento lóio de S. João Evangelista de Évora, sem dar outros pormenores (cf. BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média...*, pp. 529-530). Beatriz de Melo surge referida em 1435 como moradora em Évora e outrora “donzela” da rainha D. Filipa de Lencastre, “molher filha d algo”, com herdades em Ouriola

seguro que tenha ingressado na comunidade<sup>56</sup>, podendo tratar-se apenas de uma importante senhora leiga que funda, sustenta e protege a comunidade sem com isso fazer a mesma opção de vida. Parece orientar-se nesse sentido o modo como, em 1496, D. Manuel apresenta a comunidade: “as proues do oratório que fez britiz de melo na nossa cidade d euora a sam mamede”<sup>57</sup>.

O contrário terá acontecido com uma outra mulher, uma certa D. Guiomar, que Beatriz Galvoa, em 1461, aponta, no seu testamento, como um exemplo, a seu ver excepcional, de uma mulher de linhagem que se soubera ajustar às exigências da pobre vida<sup>58</sup>. Maria Ângela Beirante identifica-a com D. Guiomar de Abreu, filha de Nuno Martins da Silveira, cavaleiro, membro do conselho régio e escrivão da puridade de D. Duarte, e de Leonor Gonçalves de Abreu<sup>59</sup>. Com estreitíssimas relações com a corte régia, na qual voltaria a vingar após Alfarrobeira, Nuno Martins da Silveira tinha ainda, por via da sua ascendência familiar (quer dos Silveiras, quer dos de Aguiar e dos Pestana), uma consolidada presença e influência sobre a cidade de Évora, onde possuía casas próprias, com sua torre, e na qual fundara capela e morgado, ainda em 1431, ligados ao convento dominicano da cidade<sup>60</sup>. Conhecem-se também as suas relações com alguns círculos mais reformistas e inclusive com os eremitas da Serra de Ossa, onde contava com um seu familiar, Gonçalo da Silveira, ingressado na pobre vida c. 1409, junto a São Brissos de Xarrama, no termo de Alcáçovas, e de quem

---

e no Divor, no termo de Arraiolos, cujos caseiros o rei privilegia (cf. *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*. Organização e revisão geral por João José Alves DIAS. Vol. III (1433-1435). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, doc. 383, p. 266 – 1435.02.25, Évora; sobre a sua pertença à casa da rainha, cf. GOMES, Rita Costa – *A Cortes dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Carnaxide: Difel, 1995, p. 52; SILVA, Manuela Santos – *Filipa de Lencastre. A rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 186). Em 1452, mantinha-se como moradora em Évora, embora nada seja dito sobre um seu eventual ingresso na pobre vida (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fl. 195v – 1452.06.17, Évora). Mas a carta régia então emitida reporta-se ao privilégio concedido ao lavrador da sua herdade “do cume de duram caminho d ouriolla”, herdade que, em 1475, aparece na posse das pobres instaladas junto a S. Mamede, “na cassa que foy de briatiz de melo” (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 177v – 1475.03.10, Évora; TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 10, fls. 65-65v – em confirmação de 1491.03.28, Évora).

<sup>56</sup> Nenhuma das cartas régias de privilégio que lhe são outorgadas em 1435 e 1452 a referem como tendo ingressado na pobre vida. Os primeiros diplomas outorgados à comunidade pelos monarcas, todos eles posteriores à morte de Beatriz de Melo, identificam as casas onde as pobres viviam com as casas “feitas”, “de estar” ou “que foram” da dita senhora, sem contudo explicitarem (nem excluírem, é certo), a sua entrada na comunidade.

<sup>57</sup> TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 43, fl. 4 (1496.05.10, Setúbal) e *Leitura Nova, Odiana*, lv. 5, fl. 150. Publ. por VITERBO, F. M. de Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 440-441.

<sup>58</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – “A pobre vida no feminino...”, p. 176.

<sup>59</sup> BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média...*, p. 533.

<sup>60</sup> Cf. BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média...*, pp. 526-528. Sobre o seu percurso, cf. MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. 2ª edição. Vol. II. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1980, pp. 962-966. Sobre a capela por ele fundada em S. Domingos de Évora, ver ainda BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – “Capelas de Évora”, In *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*. Lisboa: Colibri, 2011, pp. 35-60; ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV-XV)*. Lisboa: Ed. Estampa, 1995, pp. 132-156.

fora constituído como final destinatário dos seus bens, em 1431<sup>61</sup>. É igualmente de assinalar a atracção do primogénito de Nuno Martins, também chamado de Gonçalo da Silveira, pela observância franciscana, na qual acabaria por ingressar, apesar da violenta oposição do pai<sup>62</sup>.

D. Guiomar de Abreu partilharia da proximidade a estes grupos mais reformistas e radicais. Em 1459, é ela quem aparece a interceder, junto da edilidade eborense, no sentido de apoiar o pedido de Beatriz e Inês Galvoa e das suas parceiras para se poderem fazer algumas alterações urbanísticas úteis à comunidade<sup>63</sup>. Nada é dito, nessa ocasião, sobre o seu eventual ingresso na pobre vida que, a não ter ainda acontecido, viria a consumir-se pouco depois, dado o elogio que, apenas dois anos volvidos, a própria Beatriz Galvoa lhe faz no seu testamento, exaltando a humildade e capacidade de adaptação por ela manifestadas, apesar da sua elevada linhagem, às exigências decorrentes desta opção religiosa.

D. Guiomar junta-se ao grupo de mulheres pobres que se havia instalado perto do convento de S. Domingos, na Rua das Adegas, paralela à antiga Rua das Emparedadas<sup>64</sup>. Em 1471, é em referência a D. Guiomar que este beatério aparece individualizado<sup>65</sup> e, em 1477, já falecida esta sua ilustre habitante, ainda se nomeiam estas pobres como “das casas de dona gujumar d abreu que deus a Já”<sup>66</sup>. O teor destas referências parece reforçar, de novo, o papel possivelmente fundador ou de patrocínio assumido por D. Guiomar de Abreu face a esta comunidade, onde acabaria por ingressar.

Mas, em 1477, já o grupo aparece dirigido por uma outra mulher, Maria da Fonseca, que, a aceitar a possibilidade da fundação da casa por D. Guiomar, deve ter sido uma das suas parceiras da primeira hora, pois sabemo-la já ingressada na pobre vida em 1472<sup>67</sup>. Filha de Álvaro Gonçalves da Fonseca, o primeiro administrador legítimo do morgado do Esporão, e de Catarina Ribeira<sup>68</sup>, deve ter desempenhado um

<sup>61</sup> Sobre este eremita, cf. João Luís Inglês FONTES – *Génesis e institucionalização...*, pp. 329-331.

<sup>62</sup> Sobre este Gonçalo da Silveira, irmão de D. Guiomar de Abreu, cf. ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal...*, pp. 148-156; ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, pp. 498-501.

<sup>63</sup> Cf. nota 47.

<sup>64</sup> É precisamente como “proues de dona gujumar” que este grupo aparece designado, em 1471, entre as confrontações de certas casas situadas na Rua das Adegas, pertencentes ao Hospital de S. Gião (cf. Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 63, fl. 39v – 1471.09.24, Évora). Para a identificação desta rua, cf. CARVALHO, Afonso de – *Da Toponímia de Évora*. Vol. I – *Dos meados do século XII a finais do século XIV*. Lisboa: Colibri, 2004, pp. 116-118.

<sup>65</sup> Cf. nota anterior.

<sup>66</sup> Cf. Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 65, fls. 35-35v – 1477.10.25, Évora.

<sup>67</sup> Cf. BPE, *Convento de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, n.º 27 (1472.08.31, Évora).

<sup>68</sup> Conhecemos a sua família com base numa carta de partilhas, celebrada a 31 de Agosto de 1472, a propósito da herança recebida de seus pais, Álvaro [Gonçalves] da Fonseca e Catarina Ribeira. Os bens são repartidos entre Maria da Fonseca, à data já ingressada na pobre vida, Isabel da Fonseca, sua irmã, casada com Fernão Martins de Paiva, e Leonor Ribeira, também sua irmã, casada com Álvaro Mendes de Vasconcelos (BPE,

importante papel na consolidação do beatério, conhecendo-se a cuidada estratégia aquisitiva por ela desenvolvida em ordem à ampliação do espaço disponível para a comunidade<sup>69</sup> e ao reforço do património da casa<sup>70</sup>. É sintomática a decisão, tomada em 1485, de fazer redigir um instrumento pelo qual Maria da Fonseca, com as restantes pobres aí residentes – no total, seis mulheres – se faziam mutuamente herdeiras de todos os bens, móveis e de raiz, até aí adquiridos pelo grupo, como “Jrmãs estprituaaees com que Juntamente em comunjdade vjuem E as outras que despos ellas vierem”<sup>71</sup>.

Encontramos ainda outros pequenos beatérios referidos nestas últimas décadas do século XV na cidade de Évora, dos quais estamos menos informados. Assim, na Rua do Cervato, outras pobres aparecem referidas desde 1484<sup>72</sup>. Junto ao Hospital do Espírito Santo encontramos documentadas diversas mulheres pobres desde 1475<sup>73</sup> e, em 1495, encontramos referida uma travessa, dita “das pobres”, que partia da Rua do Santo Espírito<sup>74</sup>. D. João II coloca estas “pobres que estam no oratorjo açerqua do esprittall de ssanto esprito desta Çidade d euora” sob protecção régia, em 1490, determinando que, “por asij serem boas pessoas e vruerem onestamente e bem”, “as honrrem traudem e favoreçam”<sup>75</sup>. Possivelmente, trata-se das mesmas mulheres que, volvida uma década, aparecem referidas como as “pobres do poço do beicudo”<sup>76</sup>, topónimo que as situa nas proximidades da dita albergaria<sup>77</sup>.

Outros casos, mais individualizados, pontuam a documentação, sem que possamos determinar a sua ligação a algum dos núcleos anteriormente referidos. É o caso, por exemplo, de uma Isabel de Sá, “da pobre vida” que, em 1491, empraza dos bacharéis da Sé umas casas na Rua da Freiria, com o encargo de nelas fazer as

---

*Convento de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, nº 27). Sobre Álvaro Gonçalves da Fonseca, cf. FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, pp. 384-385. Sobre o morgado do Esporão, instituído por Teresa Eanes da Fonseca em 1427, cf. GONÇALVES, José Pires – “A “defesa” e solar do Esporão, no termo de Monsaraz”. *A Cidade de Évora*. Ano XXXII, nº 58 (Jan.-Dez. 1975), pp. 27-81; ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal*, pp. 54, 59, 193, 224-226.

<sup>69</sup> Em 1479, empraza da igreja de Santiago de Évora uma casa e celeiro sitos na Rua das Emparedadas, confrontantes com uma adegas que Maria da Fonseca trazia de foro da mesma igreja, certamente já como ampliação das dependências do seu beatério (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 11, nº 69 – 1479.02.20, Évora); no mesmo ano, adquirem umas casas confrontantes com as suas, com foro devido ao hospital de S. Gião (Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 63, fls. 49v-50 – 1479.10.13, Évora).

<sup>70</sup> Em 1477, compram aos frades de S. Domingos de Évora dois ferragiais, sitos entre os caminhos de Avis e Arraiolos, com o seu foro devido à gafaria da cidade (Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 65, fls. 35-35v – 1477.10.25, Évora)

<sup>71</sup> Cf. BPE, *Convento de Santa Catarina de Sena*, lv. 86, nº 5 (1485.03.09, Évora).

<sup>72</sup> Cf. Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 64, fls. 42-42v – 1484.08.25, Évora.

<sup>73</sup> Nesse ano, residia na Rua do Espírito Santo uma Inês Lopes, “pobre emparedada” (ACSE, *CEC 6-VIII*, fl. 27 – 1475.06.21, Évora).

<sup>74</sup> Cf. ACSE, *CEC 6-VIII*, fls. 126-126v (1495.05.08, Évora).

<sup>75</sup> TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 12, fl. 154 (1490.03.01, Évora).

<sup>76</sup> Cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 5, nº 73 (1500.03.21, Évora).

<sup>77</sup> Cf. CARVALHO, Afonso de – *Da Toponímia de Évora*. Vol. I pp. 255-257.

necessárias melhorias<sup>78</sup>, aí permanecendo ainda em 1496<sup>79</sup>. Uma outra mulher, Catarina, levava pobre vida numas casas na Rua de Santa Maria, em 1475<sup>80</sup>, não se sabendo se corresponderá a uma Catarina Lopes que, em 1500, é dita “mulher da pobre vida” e residente na Rua dos Touros<sup>81</sup>.

Das expressões claramente comunitárias às iniciativas aparentemente mais individuais, a pobre vida no feminino atinge assim o seu auge, em Évora, nas décadas de 60 e 70 do século XV. Neste movimento, é notório o envolvimento de um número significativo de mulheres, oriundas de importantes e prestigiadas famílias com fortes ligações tanto à urbe como à Corte e ao serviço régios, traduzido no patrocínio dispensado às novas comunidades femininas apostadas nesta opção religiosa, e que pôde não ser secundado pelo seu próprio ingresso nestes grupos. Em todo o caso, há, também aqui, uma clara assunção de um protagonismo feminino que importa realçar.

O nascimento e desenvolvimento destas experiências femininas acontece claramente sob a influência do movimento eremítico masculino que, da Serra de Ossa, depressa se estendeu por todo o Alentejo, com *provenças* – assim designavam os lugares onde levavam *pobre vida* – fundadas no termo de Évora e uma rede de casas, erigidas no interior dos núcleos urbanos, onde podiam pernoitar sempre que necessitassem. Para um número significativo destas adeptas da pobre vida, as ligações espirituais com estes homens e com o prelado diocesano eram o meio de salvaguardar a autonomia da sua forma de vida da influência normalizadora das ordens religiosas instituídas. Mas muitas outras, possivelmente, bebem desse ambiente espiritual propício a uma vida penitente e pobre, sem com isso excluírem outras vinculações espirituais. A diversidade de situações e localizações deve alertar-nos também para a possibilidade de acentuações e sensibilidades diferentes entre estas comunidades.

Aliás, o fenómeno estava longe de se circunscrever à cidade de Évora e à mera área de influência dos eremitas, atestando um movimento religioso feminino bem vivo e que se diversifica e expande à medida que avançamos no século XV. A vulgarização das designações (pobres, beatas, mulheres que servem a Deus) acompanha os grupos de mulheres religiosas que se documentam, por exemplo, tanto em outras vilas do sul (em Alcácer do Sal em 1465<sup>82</sup>; em Elvas em 1478<sup>83</sup>; possivelmente em Palmela já

<sup>78</sup> ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, pasta 3, nº 275 (1491.07.29, Évora).

<sup>79</sup> Deve ser a ela que se referem umas confrontações de casas que o rei tinha na alcáçova da dita cidade, e que partiam de um dos lados com “Jsabell a proue” (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 5, fl. 221 – 1496.08.01, Alcochete).

<sup>80</sup> ACSE, *CEC 6-VIII*, fls. 31-31v (1475.03.09, Évora).

<sup>81</sup> ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, pasta 4, nº 288 (1500.01.17, Évora).

<sup>82</sup> Nessa data, encontramos já referência a umas «casas das proues» situada nas imediações do paço do administrador da Ordem, no interior do castelo (BPE, *Col. Manizola*, cód. 595, fl. 26). As mesmas surgem de novo referidas em 1489 (cf. TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, maço 2, nº 59). Sobre estas pobres, ver ainda PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri – Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000, pp. 65 (nt. 56), 72, 77.

<sup>83</sup> A comunidade de Elvas, dita de “beatas”, aparece liderada, nesta data, por uma Beatriz Rodrigues, a

nos primeiros anos de Quinhentos<sup>84</sup>) como em núcleos urbanos que vão da cidade de Lisboa ao Minho<sup>85</sup>, acentuando, em todo o caso, uma clara tendência para a comunitarização deste tipo de experiências.

Seja como for, parece clara a grande proximidade da evolução documentada em Évora com outras cidades, tanto portuguesas como castelhanas, no que respeita ao aparecimento e diversificação destas formas de vida religiosa feminina não regulares, ao longo de toda a primeira metade do século XV, num processo que parece atingir o seu auge nas décadas centrais da centúria. Só para finais da centúria se iniciará a sua gradual institucionalização e posterior conventualização, num percurso que beneficiará sobretudo os ramos observantes das ordens mendicantes<sup>86</sup>. Mas esse é já um outro percurso, a vários títulos interessante, mas que já não nos cabe aqui traçar.

---

quem é deixada, em testamento, uma quantia em dinheiro para ajuda na aquisição de um cálice, certamente com fins litúrgicos (Arquivo Municipal de Coimbra, *Pergaminhos de Elvas*, nº 21 – 1478.03.09, Elvas). Em 1489, num outro testamento, é Inês Afonso, viúva de Rui da Gama, moradora em Elvas, quem deixa 200 reais a uma Leonor Lopes, “beata” (Biblioteca Municipal de Elvas, *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas*, nº 35 – 1489.05.06, Elvas). É possível que estas mulheres habitassem em casas no alto bairro da alcáçova da vila, onde, em inícios do século XVI, se atesta a existência de uma “Rua das Beatas” e que tem sido relacionada com o estabelecimento do mosteiro dominicano feminino em início dessa centúria (cf. CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Colibri – CIDEHUS-Universidade de Évora, 2013, p. 335). A fundação desse cenóbio, dedicado a Nossa Senhora da Consolação, data de 1528, é relacionada pela cronística da Ordem com um grupo de beatas, que se teria conventualizado após uma fase intermédia de semi-institucionalização como terceiras dominicanas, muito à semelhança, como veremos, do que acontece com várias das comunidades de mulheres pobres de Évora (cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir) – *Ordens religiosas em Portugal*, p. 401).

<sup>84</sup>No tombo dos bens detidos pela Ordem de Santiago na vila e seu termo, aparece referida uma Leonor Peres, “beguina”, como foreira à milícia de umas terras de pão, sendo provável que residisse nessa vila (cf. ALVES, Cristina Paula Vinagre – *A propriedade da Ordem de Santiago em Palmela. As visitas de 1510 e 1534*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela – Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2011, p. 176; COSTA, João – “Elementos de religiosidade em Palmela a partir do códice da visita da Ordem de Santiago de 1510”, In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *As Ordens Militares: Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, 10 a 14 de Março de 2010*. Vol. I. Palmela: Município de Palmela – GEsOS, 2012, pp. 319-320).

<sup>85</sup>Veja-se o exemplo do oratório fundado pela duquesa de Bragança junto às muralhas de Guimarães, dedicado à Santa Vera Cruz, onde, em 1456, “estauam seis ou sete molheres proues”, que a mesma sustentava com os seus bens (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 13, fl. 141 – 1456.05.22, Lisboa. Publ. por VITERBO, F. M. de Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos*, Vol. II, p. 505). Também em Valença do Minho, em 1462, se documenta a existência de um grupo de “beatas”, que o monarca agracia, privilegiando “hũu homem com sua molher que teuerem careguo de as seruirem das cousas que lhe fezerem mester” (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 1, fl. 40 – 1462.07.02, Valença; publ. in *ibidem*, vol. II, pp. 501-502).

<sup>86</sup>Cf. FONTES, João Luís Inglês – “Em torno de uma experiência religiosa feminina...”, pp. 66-71.

